

### CONTROLE EXTERNO EXERCIDO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS: IMPLICAÇÕES NA TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Jennifer Lara Ribeiro da Silva; Michelle Aparecida Vieira

Dimensões sociais: Educação de qualidade - ODS 04

Categoria: Pesquisa

#### Introdução

O controle na Administração Pública é essencial para garantir eficiência e transparência, especialmente no Brasil, onde os Tribunais de Contas (TC's) e Câmaras Municipais exercem o controle externo das contas públicas. A Constituição de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal fortaleceram esse papel, tornando a auditoria fundamental para a governança e a transparência. Este estudo busca investigar se a efetividade do controle externo dos TCs influencia os níveis de transparência orçamentária nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, contribuindo para a compreensão da accountability e das interações entre auditoria e Legislativo no ciclo orçamentário.

#### Objetivos

Geral: Identificar se os níveis da Transparência Orçamentária dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais variam em função da efetividade do controle externo exercido pelos tribunais.

Específicos: i) identificar a efetividade do controle externo com base na conformidade entre a decisão do Legislativo Municipal e a recomendação do TCE-MG, classificando os municípios segundo esse critério;

ii) classificar os municípios mineiros quanto ao nível da transparência orçamentária e caracterizá-los em relação a variáveis socioeconômicas;

iii) verificar se existe relação entre o controle externo e a transparência orçamentária.

#### Material e Métodos ou Metodologia

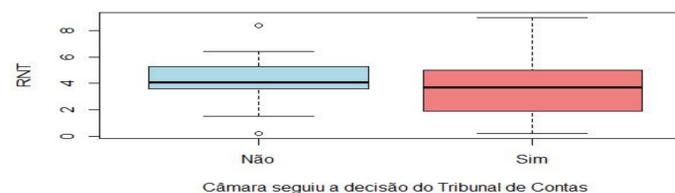
Optou-se por analisar a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, região definida por 66 municípios. Delimitou-se o período de 2012 a 2016 para a análise, o qual contempla a prestação de contas em dois anos eleitorais. O processo de coleta de dados ocorreu em duas partes: Primeiramente, os dados relacionados às características socioeconômicas dos municípios e o grau de transparência pública, forma levantados de sites oficiais do governo. Posteriormente, para a mensuração da efetividade do controle externo, foram considerados as prestações de contas municipais disponibilizadas no site do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

#### Apoio Financeiro



#### Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

Os resultados encontrados entre os anos de 2012 e 2016, mostram que a maioria das Câmaras Municipais seguiu as recomendações do TCE-MG, confirmando sua efetividade no controle externo, embora 12 municípios tenham apresentado divergências associadas a fatores políticos e estruturais. A transparência orçamentária concentrou-se em nível médio, com variação em todas as microrregiões, sendo maior em municípios com melhores indicadores socioeconômicos. Apesar disso, a análise estatística não encontrou relação significativa entre a efetividade do controle externo e os níveis de transparência, sugerindo que a transparência orçamentária depende de outros fatores, como aspectos políticos e institucionais, além das variáveis socioeconômicas.



#### Conclusões

O estudo evidenciou que, embora o controle externo exercido pelo TCE-MG apresente efetividade em grande parte dos municípios, divergências persistem em alguns casos, influenciadas por fatores políticos e estruturais. A transparência orçamentária concentrou-se em nível médio, revelando avanços, mas também lacunas frente às exigências legais. Os resultados indicam que a adesão ou não das Câmaras Municipais às recomendações do TCE-MG não apresenta relação estatisticamente significativa com a transparência, sugerindo que outros fatores socioeconômicos e políticos exercem maior influência. Assim, reforça-se a relevância do controle externo, mas também a necessidade de estratégias complementares para aprimorar a gestão e a transparência pública nos municípios analisados.

#### Bibliografia

ALBUQUERQUE, C. C. B.; OLIVEIRA, A. G. A *Accountability* em pareceres prévios do tribunal de contas do estado do paraná: possíveis consequências para o desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 2, n.2, p. 43-57, 2013.

ALBUQUERQUE, C. C. B.; SILVA, M. V. G.; OLIVEIRA, A. G. Governabilidade e Desenvolvimento local: o caso do julgamento das contas municipais no estado do paraná. **IGEPEC**, v. 21, n. 2, p. 100-121, 2017.

KRONBAUER, C. A.; KRÜGER, G. P., OTT, E.; NASCIMENTO, C. J. Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 5(12), 48-71, 2011.

SUZART, J. A. S. Ser ou não ser independente? Um estudo exploratório sobre a independência das Instituições Superiores de Auditoria e o nível de transparência fiscal dos países. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 3, p. 24-39, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Regimento interno. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: [https://www.tce.mg.gov.br/doc\\_arquivos/RegimentoInterno2024.pdf](https://www.tce.mg.gov.br/doc_arquivos/RegimentoInterno2024.pdf). Acesso em: 31 mar. 2025.